

# **Companhia Energética Manauara**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo  
em 31 de Dezembro de 2019 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Companhia Energética Manauara

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Manauara ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Manauara em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impulsionam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

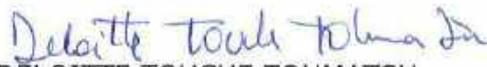
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 18 de março de 2020

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA

  
José Luiz Santos Vaz Sampaio  
Contador  
CRC nº 1 BA 015640/O-3



COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	45.386	41.388
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	19	(27.020)	(23.615)
LUCRO BRUTO		18.366	17.773
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(5.509)	(5.394)
Honorários dos Administradores	19 e 21	(952)	(977)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	224	22
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		12.129	11.424
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	27.050	41.386
Despesas financeiras	20	(8.258)	(9.768)
Variação cambial líquida	20	(152)	137
Total		18.640	31.755
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		30.769	43.179
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(12.415)	(15.474)
Imposto de renda e contribuição social corrente diferidos	22	1.093	1.585
Incentivo fiscal do imposto de renda	22	7.745	8.382
Total		(3.577)	(5.507)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		27.192	37.672
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		0,604	0,837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.192	37.672
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>27.192</u>	<u>37.672</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MAMAUARA

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos adicionais a distribuir	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>										
Lucro líquido do exercício		50.000	10.000	28.727	19.231	-	-	99.504	-	207.462
Apropração de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	37.672	37.672
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-	(8.660)	8.660	-
Reservas de incentivo fiscal		-	-	8.382	-	-	-	-	(8.382)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais distribuídos (R\$0,88 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(13.738)	-	-	-	(25.950)	(39.688)
Juros sobre capital próprio (R\$0,17 lote de mil ações)	17	-	-	-	(7.771)	-	-	-	-	(7.771)
Reservas de lucros retidos		-	-	-	12.000	-	-	-	(12.000)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>		<b>50.000</b>	<b>10.000</b>	<b>37.109</b>	<b>9.722</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>90.844</b>	<b>-</b>	<b>197.675</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	27.192	27.192
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	(9.545)	9.545	-
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de incentivo fiscal		-	-	7.745	-	-	-	-	(7.745)	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos (R\$ 0,16 por lote de mil ações)		-	-	-	-	-	-	-	(7.248)	(7.248)
Dividendos adicionais distribuídos (R\$ 0,32 por lote de mil ações)	17	-	-	-	(9.722)	-	-	-	(4.539)	(14.261)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,16 por lote de mil ações)		-	-	-	-	-	-	-	(7.004)	(7.004)
Dividendos adicionais a distribuir (R\$ 0,23 por lote de mil ações)	17	-	-	-	-	-	10.201	-	(10.201)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>		<b>50.000</b>	<b>10.000</b>	<b>44.854</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.201</b>	<b>81.299</b>	<b>-</b>	<b>196.354</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		27.192	37.672
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19	714	551
Valor residual na baixa do imobilizado		4	-
Variação cambial líquida	20	152	(137)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	12 e 20	7.713	8.790
Rendimento de depósitos bancários vinculados	20	(962)	(1.085)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	20	(3.653)	(649)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(1.093)	(1.585)
Juros e multas a faturar		(1.296)	(17.110)
Reversão do ajuste a valor presente	7 e 20	(21.153)	(23.374)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		17.465	(1.578)
Arrendamento mercantil a receber		54.736	51.175
Estoques		(7.346)	(4.706)
Impostos a recuperar		(13.969)	(10.697)
Outras contas a receber		(1.366)	790
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.263)	1.750
Impostos a recolher		14.722	15.723
Impostos de renda e contribuição social pagos		(3.296)	(459)
Obrigações sociais e trabalhistas		196	(17)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(2.556)	(3.152)
Outras contas a pagar		481	(1.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>65.422</u>	<u>50.902</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado		(87)	(1.565)
Depósitos bancários vinculados		677	2.075
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>590</u>	<u>510</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(11.432)	(28.548)
Dividendos pagos	17	(50.219)	(25.753)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		-	(15)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(61.651)</u>	<u>(54.316)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>4.361</u>	<u>(2.904)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	4.337	7.241
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	8.698	4.337
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>4.361</u>	<u>(2.904)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Manauara ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2005, com sede em Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia tem por objeto social a operação e a manutenção de uma usina termoelétrica no município de Manaus, para fornecer energia elétrica para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas GT"), anteriormente com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("AME").

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica por meio da Resolução Autorizativa nº 608, de 13 de junho de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada a pedido da Companhia e a critério da ANEEL (direito discricionário).

A Companhia iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006 e possui capacidade instalada de 68.304 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 17.076 kW. Toda a energia firme gerada é transferida para a Amazonas GT, com base no contrato OC-1.820/2005 ("Contrato") firmado em 20 de maio de 2005, com vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Amazonas GT, sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina e a produção de energia elétrica é integralmente transferida à Amazonas GT. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (Operações de Arrendamento Mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

#### Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 17 de março de 2020, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

#### Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

#### Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

#### Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

### Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

### Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

### Reconhecimento de receitas de venda de energia elétrica

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro, em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa nº 1.

### Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

#### Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acréscidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

#### Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007. A Companhia efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

#### Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Companhia, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Amazonas GT e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Amazonas GT, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Companhia em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

#### Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia aplicou emendas e novas interpretações, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019, conforme descrito a seguir:

Norma	CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Esta norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização destes dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe efeitos materiais para a Companhia.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa e bancos	4	1
Aplicações financeiras de alta liquidez	8.694	4.336
Total	<u>8.698</u>	<u>4.337</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Estes investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam 111,27% e 97% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros - CDI em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente.

## 5. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	2019	2018
Banco da Amazônia S.A. - BASA	10.563	10.278
Circulante	4.892	4.646
Não circulante	5.671	5.632
Total	<u>10.563</u>	<u>10.278</u>

Referem-se a aplicações financeiras de curto e longo prazo, vinculadas ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com o Banco da Amazônia S.A., conforme a nota explicativa nº 12, lastreadas em CDB remunerados à taxa equivalente a 93% do CDI em 2019 (94% em 2018). Parte dos recursos aplicados será resgatável em exercícios futuros e os respectivos valores foram classificados no ativo não circulante.

## 6. CONTAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Valores a vencer	25.442	24.632
Valores a faturar (*)	-	16.979
Total	<u>25.442</u>	<u>41.611</u>

(\*) Contas a receber decorrente do transitado em julgado favorável à Companhia, todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.979, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT, o montante foi integralmente recebido em 2019.

## 7. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ano de vencimento		
2019	-	51.082
2020	53.294	53.294
2021	55.436	53.294
2022	57.677	53.294
2023 e 2025	149.238	155.764
Subtotal	<u>315.645</u>	<u>366.728</u>
Ajuste ao valor presente	(60.737)	(81.890)
Total	<u>254.908</u>	<u>284.838</u>
Circulante	53.294	51.082
Não circulante	201.614	233.756
Total	<u>254.908</u>	<u>284.838</u>

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2017	311.990
Reversão de ajuste a valor presente	23.374
Baixa por realização	<u>(50.526)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	284.838
Reversão de ajuste a valor presente	21.153
Baixa por realização	<u>(51.083)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>254.908</u>

## 8. ESTOQUES

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Combustível	2.032	-
Almoxarifado de peças para manutenção	22.672	18.495
Outros estoques	<u>1.137</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>25.841</u></u>	<u><u>18.495</u></u>

## 9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Eletrobrás - CCC-ISOL (a)	4.891	4.874
Pesquisa e desenvolvimento	1.630	738
Despesas antecipadas	567	100
Outras contas a receber	<u>36</u>	<u>27</u>
Total	<u><u>7.124</u></u>	<u><u>5.739</u></u>

(a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/73 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizadas principalmente na Região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Companhia diretamente ao fornecedor e reembolsado pela CCC-Isol, e o gás natural é entregue à Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas GT, não sendo um custo do processo.

## 10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRPJ	2.549	1.935
PIS sobre ativo imobilizado	47	104
PIS sobre faturamento	6	9
COFINS sobre ativo imobilizado	215	475
COFINS sobre faturamento	26	40
Outros	<u>110</u>	<u>116</u>
Total	<u><u>2.953</u></u>	<u><u>2.679</u></u>

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Integração Social - PIS são oriundos, substancialmente, das retenções de recebimentos da Amazonas GT, os quais são compensados com obrigações de tributos federais.

O IRPJ e a CSLL referem-se ao saldo de pagamentos efetuados ao longo do exercício com base na estimativa de apuração, tornando-se base negativa para o exercício subsequente.

## 11. FORNECEDORES

	2019	2018
Amazonas Geração e Transmissão	1.000	-
Gera Geradora de Energia do Amazonas	391	-
Nunes Fernandes Advogados Associados	-	823
Petrobras Distribuidora S.A.	2.353	1.996
Wartsila (Brasil e Finlândia)	1.141	3.234
Outros fornecedores	256	199
<b>Total</b>	<b>5.141</b>	<b>6.252</b>

## 12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	Não circulante	2019	2018
FNO - Sustentável (a)	nov/25	2,94% a.a.	10	1.014	4.982	6.006	7.021
FNO - Conversão do Gas (a)	out/26	10% a.a.	66	-	11.855	11.921	12.276
Debentures - FDA (b)	jul/27	TJLP+1,65%	636	10.437	73.064	84.137	89.042
<b>Subtotal</b>			<b>712</b>	<b>11.451</b>	<b>89.901</b>	<b>102.064</b>	<b>108.339</b>
<b>Total</b>			<b>712</b>	<b>11.451</b>	<b>89.901</b>	<b>102.064</b>	<b>108.339</b>
Circulante			712	11.451	-	12.163	11.583
Não circulante			-	-	89.901	89.901	96.756
<b>Total</b>			<b>712</b>	<b>11.451</b>	<b>89.901</b>	<b>102.064</b>	<b>108.339</b>

- (a) Contratos assinados em 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia S.A., nos montantes de R\$44.214 e R\$10.133, respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e a compra de máquinas para a usina termoeletrica e os demais para a viabilização da conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 10% e 2,94% ao ano e 15% de adimplência, com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente. O financiamento de R\$44.214 teve antecipações ao longo de 2018.
- (b) Em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, por meio de contrato particular celebrado com o Banco da Amazônia S.A. e a SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota explicativa, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incide o custo básico (variação acumulada da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP), acrescido de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% ao ano e de encargos, a título de "del credere", à taxa efetiva de 0,15% ao ano, com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007, finalizando em julho de 2027.

## Movimentação dos financiamentos e das debêntures em 31 de dezembro de 2019:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	20.123	111.126	131.249
Juros e variações monetárias provisionadas	8.790	-	8.790
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(3.152)	-	(3.152)
Transferências	14.370	(14.370)	-
Pagamentos	(28.548)	-	(28.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.583	96.756	108.339
Juros e variações monetárias provisionadas	7.713	-	7.713
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(2.556)	-	(2.556)
Transferências	6.855	(6.855)	-
Pagamentos de principal	(11.432)	-	(11.432)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.163	89.901	102.064

Todos os financiamentos, incluindo as debêntures, são em moeda nacional e têm como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A. Os contratos do FDA e FNO para compra de máquinas para a usina termoeletrica preveem a manutenção de contas-reserva do maior serviço da dívida até o seu limite. O serviço da dívida equivale ao valor de uma prestação mensal acrescido de juros e demais encargos devidos.

O cronograma de desembolsos dos financiamentos, incluindo as debêntures, é o seguinte:

Ano de vencimento	2019	2018
2020	-	11.162
2021	12.152	12.152
2022	12.152	12.152
2023	12.835	12.152
2024	14.898	12.152
2025 em diante	37.864	36.986
Total	89.901	96.756

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- Deverá ser creditado na conta vinculada, no dia útil seguinte aos respectivos recebimentos, todo o produto da liquidação da cobrança das faturas.
- A partir de setembro de 2007, em cada mês durante a vigência do contrato, um sexto do valor correspondente ao somatório do maior serviço da dívida FDA da escritura de debêntures deverá ser transferido da conta vinculada para a conta-reserva FDA da Companhia, mantida com o banco, até alcançar o montante mínimo correspondente a um inteiro do valor do maior serviço da dívida FDA.
- A partir de setembro de 2007, em cada mês durante a vigência do contrato, um sexto do valor correspondente ao total do maior serviço da dívida FNO deverá ser transferido da conta vinculada para a conta-reserva FNO, mantida com o banco, até alcançar o montante mínimo correspondente a um inteiro do valor total do maior serviço da dívida FNO.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco da Amazônia S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

Tipo do financiamento	Garantias
FNO Operacional	Fiança da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") (40%) e Termoelétrica Potiguar S.A. ("TEP") (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO.
FNO Conversão do Gás	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) construções civis vinculadas ao contrato nº FII-G-084-07/0017-2 (construção civil, instalações e infraestrutura geral); (c) máquinas e equipamentos financiados por meio do contrato nº FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores navais modelo "Wartsilla", completos com suas partes e acessórios; (d) cinco geradores; e (e) alienação fiduciária de três compressores.
Debêntures FDA	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (c) seguro "performance" de conclusão do empreendimento; (d) cessão de direitos dos direitos emergentes de concessão e penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre a Amazonas GT e a Companhia; (e) fiador: TEP e Petrobras; e (f) intervenientes: TEP e Petrobras.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants", conforme apresentado a seguir:

Cláusula restritiva "covenant"	Índice requerido	Instituição
Depósito vinculado ao contrato FDA	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FDA Depositar mensalmente valor equivalente a 1/6 (um sexto) da somatória do maior serviço da dívida FDA	SUDAM SUDAM

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu todos os "covenants".

### 13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2019	2018
IRPJ - Imposto de Renda	-	1.231
CSLL - Contribuição Social	1.370	1.299
INSS serviços de terceiros	143	123
PIS - Programa de integração social	21	275
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	101	1.646
IRRF serviços de terceiros	2	305
PIS/COFINS/CSLL retidos	61	56
ICMS e DIFAL	3.136	3.178
Outros tributos a recolher	66	58
Total	4.900	8.171

## 14. IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Imposto de renda e contribuição social	931	1.197
PIS e COFINS diferidos	1.765	496
Impostos diferidos - efeito no resultado		
Reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	25.616	26.784
Diferenças temporárias	(344)	(418)
Total	<u>27.968</u>	<u>28.059</u>
Circulante	2.696	1.197
Não circulante	25.272	26.862
Total	<u>27.968</u>	<u>28.059</u>

- (a) A Companhia apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº 3.000/99, artigo 409; no Decreto-lei nº 1.598/77, artigo 10, § 3º; na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 21/79; e na Lei nº 9.718/98, artigo 7º, parágrafo único.
- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

## 15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Pesquisa e desenvolvimento	3.672	3.191
Circulante	606	332
Não circulante	<u>3.066</u>	<u>2.859</u>
Total	<u>3.672</u>	<u>3.191</u>

## 16. PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

A Companhia efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Essa revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota explicativa. Esses processos encontram-se em discussão nas esferas administrativa e/ou judicial, em diversas instâncias.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía nenhum processo considerado como perda provável pelos seus assessores jurídicos.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía duas causas de natureza tributária no montante de R\$44, as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída provisão nas demonstrações financeiras.

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$50.000, dividido em 45.000.000 de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente integralizadas, e sua composição pelos acionistas é a seguinte:

<u>Acionistas</u>	<u>2019 e 2018</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor do capital</u>
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	27.000.000	30.000
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	18.000.000	20.000
<b>Total</b>	<b>45.000.000</b>	<b>50.000</b>

## b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir. Não houve constituição em 2019 tendo em vista que a reserva já atingiu o limite previsto em lei.

Incentivos fiscais do imposto de renda

Por estar situada na área da SUDAM, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

## c) Ajustes de avaliação patrimonial

Devido às obrigações e aos direitos estabelecidos no contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina, e a produção de energia elétrica é integralmente transferida à Amazonas GT. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações com Arrendamento Mercantil. O saldo mantido em ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao efeito da adoção do referido pronunciamento técnico.

## d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2018, a Companhia, por meio de Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária distribuiu R\$3.983 (R\$0,09 por lote de mil ações) em dividendos complementares aos acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais foram totalmente pagos.

Em 25 de setembro de 2018, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$25.950 (R\$0,58 por lote de mil ações) em dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2018, os quais foram totalmente pagos.

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$9.756 (R\$0,22 por lote de mil ações), referente a um complemento dos dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2018, os quais foram totalmente pagos.

No exercício de 2018, a Companhia declarou, por meio de aprovações em Reuniões do Conselho de Administração, juros sobre capital próprio no montante de R\$7.771 (R\$0,17 por lote de mil ações).

Em 30 de abril de 2019, a Companhia, por meio da Assembleia Geral Ordinária autorizou a distribuição de R\$9.722 (R\$0,22 por lote de mil ações) de dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no final do exercício de 2018.

Em 11 de julho de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$3.765 de juros sobre capital próprio referente ao primeiro semestre de 2019 (31 de dezembro de 2018, R\$7.771 de juros sobre capital próprio), os quais foram totalmente pagos.

Em 21 de agosto de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$11.787 (R\$0,26 por lote de mil ações) de dividendos intermediários referentes ao 1º semestre do exercício de 2019 (31 de dezembro de 2018, R\$39.688 de dividendos), os quais foram totalmente pagos.

Em 18 de dezembro de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$3.239 de juros sobre capital próprio referente ao segundo semestre de 2019, os quais foram totalmente pagos.

#### Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

Saldo dividendos a pagar 2017	-
Dividendos propostos	39.688
Juros sobre capital próprio	7.771
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.166)
Dividendos pagos	<u>(24.587)</u>
Saldo dividendos a pagar 2018	21.706
Dividendos propostos referente a 2018	9.722
Dividendos propostos referente a 2019	11.787
Juros sobre capital próprio	7.004
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.051)
Dividendos pagos	<u>(49.168)</u>
Saldo dividendos a pagar 2019	<u>-</u>

#### Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido em 31 de dezembro	27.192	37.672
Reserva de incentivos fiscais	(7.745)	(8.382)
Reversão de ajustes de avaliação patrimonial	9.545	8.660
Base para dividendos	<u>28.992</u>	<u>37.950</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>7.248</u>	<u>9.488</u>
Por lote de mil ações	<u>0,16</u>	<u>0,21</u>

Em 2019 e 2018, em função da distribuição de lucros superior aos dividendos mínimos obrigatórios, não houve necessidade de constituição da reserva de dividendos mínimos obrigatórios.

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	27.192	37.672
Quantidade de ação por lote de mil	45.000	45.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>0,604</u>	<u>0,837</u>

## 18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de venda de energia	93.830	84.594
Deduções de venda		
PIS	(1.838)	(1.495)
COFINS	(8.468)	(6.887)
ICMS	(37.141)	(33.942)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(997)	(882)
Total	<u>45.386</u>	<u>41.388</u>

## 19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(3.022)	(2.856)
Depreciação e amortização	(714)	(551)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(207)	(179)
Custos com manutenção e operação	(25.117)	(21.909)
Arrendamentos e aluguéis	(2)	-
Custos e despesas com seguros	(982)	(976)
Despesas com viagens e comunicações	(442)	(271)
Serviços de terceiros	(896)	(206)
Assessoria e consultoria	(1.630)	(2.177)
Tributos	(337)	(265)
Outras receitas (despesas)	92	(574)
Total	<u>(33.257)</u>	<u>(29.964)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(27.020)	(23.615)
Despesas gerais e administrativas	(5.509)	(5.394)
Honorários dos Administradores	(952)	(977)
Outras receitas operacionais, líquidas	224	22
Total	<u>(33.257)</u>	<u>(29.964)</u>

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	962	1.085
PIS e COFINS sobre receita financeira	(109)	(903)
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (a)	21.153	23.374
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (b)	3.653	649
Outras receitas financeiras, líquidas	1.391	17.181
Subtotal	<u>27.050</u>	<u>41.386</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(7.713)	(8.790)
Outras despesas financeiras, líquidas	(545)	(978)
Subtotal	<u>(8.258)</u>	<u>(9.768)</u>
Variações cambiais líquidas	(152)	137
Total	<u>18.640</u>	<u>31.755</u>

- (a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- (b) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

## 21. PARTES RELACIONADAS

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram pagos R\$952 referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia (Em 2018, R\$977). A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme informado na nota explicativa nº 11 a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019, saldos a pagar para a Petrobras Distribuidora S.A. no montante de R\$2.353 (R\$1.996 em 31 de dezembro de 2018).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia transacionou, por meio de compra de combustíveis com a Petrobras Distribuidora S.A., o montante de R\$25.575 (R\$26.874, em 2018). Tais valores são reembolsados pela CCC\_ISOL por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, tendo em vista que não é de responsabilidade da CEM o combustível utilizado na geração de energia da usina.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía de adiantamento ao fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. um montante de R\$1.362 (R\$646 em 31 de dezembro de 2018).

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30.769	43.179
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(10.461)	(14.681)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06	(4.637)	(3.520)
Demais adições exclusões	2.683	2.727
Subtotal	(12.415)	(15.474)
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	7.745	8.382
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.093	1.585
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.577)	(5.507)

(\*) A Companhia possui projeto econômico-financeiro aprovado pela SUDAM, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos diferidos e correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as políticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que o capital social mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração da Companhia tem responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de "rating".

### Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade de a Companhia cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um exercício mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

### Risco de taxa de câmbio

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiras, relativas a aquisição de peças em outras moedas.

### Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em CDBs e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) - o contrato de fornecimento de energia, enquadrado como arrendamento mercantil à luz do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, da Companhia foi celebrado com a Amazonas GT. A Companhia não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de combustível - a Companhia gera energia por meio de usina termoeletrica; em uma situação extrema em que não haja oferta de óleo combustível ou gás natural pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela Companhia, implicaria a redução de receita e a aplicação de multas por parte da Amazonas GT. Considerando as atuais condições de mercado e os contratos firmados com grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem a necessidade de redução na produção de energia.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Ativos financeiros	Mensuração contábil	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
							em diante	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	8.698	-	-	-	-	-	8.698
Depósito bancários vinculados	Valor justo por meio do resultado	4.892	-	-	-	-	5.671	10.563
Contas a receber	Custo amortizado	25.442	-	-	-	-	-	25.442
Arrendamento mercantil a receber	Custo amortizado	53.294	39.657	45.183	51.249	57.890	7.635	254.908
Outras contas a receber	Custo amortizado	7.124	-	-	-	-	-	7.124
<b>Total</b>		<b>99.450</b>	<b>39.657</b>	<b>45.183</b>	<b>51.249</b>	<b>57.890</b>	<b>13.306</b>	<b>306.735</b>

Passivos financeiros	Mensuração contábil	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
							em diante	
Fornecedores	Custo amortizado	5.141	-	-	-	-	-	5.141
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	12.163	12.152	12.152	12.835	14.898	37.864	102.064
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	685	-	-	-	-	-	685
Obrigações tributárias	Custo amortizado	4.900	-	-	-	-	-	4.900
Outras contas a pagar	Custo amortizado	606	-	3.066	-	-	-	3.672
<b>Total</b>		<b>23.495</b>	<b>12.152</b>	<b>15.218</b>	<b>12.152</b>	<b>12.152</b>	<b>42.294</b>	<b>116.462</b>

#### Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de depósitos bancários vinculados e de empréstimos e financiamentos e a receita de venda em 31 de dezembro de 2019, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2019. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo			
		Provável	Possível	Remoto		Provável	Possível	Remoto	
		I	II	III		I	II	III	
		(*)	25%	50%			25%	50%	
<b>Passivo - Empréstimos e financiamentos</b>									
Banco da Amazônia S.A.	Alta da TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	(84.137)	(89.353)	(90.658)	(91.962)	
					(84.137)	(89.353)	(90.658)	(91.962)	
<b>Ativo - Depósitos bancários vinculados</b>									
Banco da Amazônia S.A.	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	10.563	11.048	10.927	10.805	
					10.563	11.048	10.927	10.805	
<b>Receita</b>									
Receita de venda	Baixa do IGP-M	7,30%	5,48%	3,65%	93.830	100.680	98.967	97.255	
					93.830	100.680	98.967	97.255	
					<b>Total líquido</b>	<b>20.256</b>	<b>22.375</b>	<b>19.236</b>	<b>16.098</b>
* Fonte: Banco Santander					Efeito no patrimônio líquido	-	2.119	(1.020)	(4.158)

#### 24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

<u>Abrangência</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Importância assegurada</u>	<u>Valor do prêmio</u>	<u>Vigência</u>
Risco operacional	Prédio e conteúdo que constituem o estabelecimento segurado, excluindo linhas de transmissão. Estão inclusos prédio, galpão químico, maquinário do galpão, tancagem e utilidades, unidades de apoio, equipamento de conversão de gás natural e subestação	260.000	1.428	31/07/2020
Lucro Cessante	Danos causados ao resultado financeiro	40.000	-	31/07/2020
Responsabilidade civil	Danos morais e poluição súbita	20.500	16	31/07/2020

## 25. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$18.116, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$217, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$15.136, com vigência até 01 de maio de 2026.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.220, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$417, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$1.126, com vigência indeterminada.

## 26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A seguir as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Compensação de impostos	12.109	12.550
Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos	1.765	1.536

